das cadeiras de clinica, de therapeutica medica, therapeutica e technica cirurgica e especialidades (artigo 4.º do decreto de 22 de fevereiro de 1911), primeiros assistentes, segundos assistentes e alumnos em tirocinio pratico complementar (artigo 5.º do citado decreto).

Art. 12.º O pessoal auxiliar é: de enfermagem — chefe de enfermeiros, enfermeiros, ajudantes e praticantes; de pharmacia — chefe, ajudante e praticantes; de secretaria — chefe, official e amanuenses; guarda e serviços subalternos — chefe da rouparia, chefe da despensa, porteiros e creados.

Art. 13.º O pessoal clinico exerce as funcções de assistencia e o ensino clinico da Faculdade.

Art. 14.º Organizar se hão, de harmonia com o decreto de 22 de fevereiro de 1911, as clinicas seguintes:

- 3 clinicas medicas;
- 3 clinicas cirurgicas;
- 1 clinica obstetrica;
- 1 clinica gynecologica;
- 1 clinica neurologica;
- 1 clinica psiquiatrica;
- 1 clinica ophthalmologica;
- 1 clinica urologica;
- 1 clinica dermatologica e syphiligraphica;
- 1 clinica oto-rhino-laryngologica;
- 1 clinica pediatria;
- 1 clinica orthopedica.

Art. 15.º Junto d'estas clinicas funcionarão consultas externas, sob a direcção dos respectivos professores. Ha verã tambem uma consulta externa de estomatologia.

Art. 16.º As clinicas especiaes medicas e cirurgicas serão criadas pela Faculdade, se para isso tiver recursos; de contrario, serão criadas pelo Governo, quando o permittam as circumstancias do Thesouro.

Art. 17.º O Conselho Clinico dos Hospitales é constituído pelo pessoal clinico, em serviço hospitalar, menos os segundos assistentes e os alumnos em tirocinio pratico hospitalar.

Art. 18.º Ao Conselho Clinico ou seus delegados pertence:

- 1.º Auxiliar, mediante solicitação, o Administrador e o Conselho fiscal, em assuntos de administração geral;
- 2.º Propor e promover, junto do Administrador, do Conselho fiscal ou da Faculdade, todas as medidas tendentes a beneficiar a assistencia publica e a pratica escolar;
- 3.º Prover annualmente, de harmonia com o Conselho fiscal, á revisã e reforma do formulario e tabella de dietas, consultando, se o julgar conveniente, a Faculdade ou algum dos seus membros de maior competencia, sob o ponto de vista tecnico.

Art. 19.º O chefe da Pharmacia é nomeado pelo Governo, em concurso documental, mediante proposta do Administrador e informação do Conselho fiscal.

Art. 20.º Ao chefe da Pharmacia compete:

- 1.º Auxiliar os professores de Pharmacologia da Faculdade de Medicina e de Pharmacotechnia da Escola de Pharmacia, no ensino pratico dos respectivos alumnos;
- 2.º Dirigir todos os serviços da Pharmacia, na ausencia d'aquelles professores.

Art. 21.º O logar de chefe da Secretaria é provido por acesso do official, em nomeação do Governo, sob proposta do Administrador, informada pelo Conselho fiscal.

Art. 22.º Ao chefe da Secretaria compete a escrituração e a guarda e conservação do archivo, auxiliado pelo official e amanuenses, o primeiro dos quaes o substitue, durante os seus impedimentos.

Art. 23.º O Thesoureiro é nomeado pelo Governo, em concurso documental, mediante proposta do Administrador, informada pelo Conselho fiscal.

Art. 24.º Ao Thesoureiro pertence:

- 1.º Prestar, no acto da posse, a caução arbitrada pelo administrador e Conselho fiscal e aumentá-la proporcionalmente, quando aumentem as receitas dos Hospitales;
- 2.º Promover a cobrança dos rendimentos dos Hospitales;
- 3.º Effectuar os pagamentos legalmente autorizados;
- 4.º Prestar contas, mensalmente, ao Administrador e ao Conselho fiscal, quando lh'as peçam.

Art. 25.º A receita ordinaria dos Hospitales da Universidade de Coimbra comprehende:

- 1.º As rendas dos bens de raiz, ainda não desamortizados;
- 2.º As prestações fixas com que concorrem a Misericordia de Coimbra e outros estabelecimentos de beneficencia;
- 3.º Os impostos camararios, para assistencia hospitalar da circunscriçãõ Universitaria de Coimbra;
- 4.º Os juros das inscrições averbadas e capitães mutuos, em nome dos Hospitales da Universidade;
- 5.º As quantias inscricas no orçamento geral do Estado e que lhe forem consignadas;
- 6.º As receitas que por lei pertenciam ao antigo Hospicio do Districto de Coimbra;
- 7.º As receitas provenientes do tratamento de doentes que paguem a sua hospitalização.

Art. 26.º Os vencimentos annuaes do Administrador, do pessoal clinico, do chefe da Pharmacia, do chefe da Secretaria, do Thesoureiro, do chefe de enfermeiros, do chefe da despensa, do chefe da rouparia e lavandaria, são expressos na tabella junta; os vencimentos do outro pessoal constam do orçamento annual.

Art. 27.º O exercicio dos logares de clinicos dos Hospitales da Universidade cessa com a aposentação extraordinaria, ordinaria ou obrigatoria, aos setenta annos.

§ unico. Dos actuaes clinicos ordinarios com mais de trinta annos de serviço permanecem no quadro, com a sua actual

gratificação, por mais dois annos, os de serviço de cirurgia, e por mais tres annos, os de medicina, contados da data d'este decreto, correspondendo estes periodos á execução da reforma de 22 de fevereiro de 1911.

Art. 28.º Os actuaes clinicos ordinarios, com menos de trinta annos de serviço, são mantidos com a sua actual gratificação no quadro clinico, do qual irãõ saindo, á medida da execução da reforma dos estudos medicos (decreto de 22 de fevereiro de 1911)

§ 1.º Os que forem professores ordinarios de therapeutica medica, de therapeutica e technica cirurgica, de clinicas medicas e cirurgicas e de clinicas especiaes, passam ao novo quadro de clinicos.

§ 2.º Os professores ordinarios das outras cadeiras perdem os logares de clinicos ordinarios ou extraordinarios dos Hospitales da Universidade, desde que, pela direcção de laboratorios annexos ás cadeiras que regem, vençam gratificação especial.

Art. 29.º É extincto o logar de clinico interno dos Hospitales, ficando o actual funcionario a exercer o cargo de segundo assistente, sem direito a promoção.

§ unico. O actual clinico interno conserva todos os direitos do concurso que lhe deu este logar.

Art. 30.º O actual director do dispensatorio pharmaceutico passa a chefe da Pharmacia, com o ordenado estabelecido na tabella annexa.

Art. 31.º O actual Secretario da administração passa a chefe da secretaria, com o ordenado estabelecido na tabella annexa.

Art. 32.º O presente decreto entra em execução no começo do anno lectivo de 1911-1912.

Art. 33.º O Governo fará expedir pela Repartição competente os regulamentos necessarios para a execução do presente diploma, depois de ouvida a Faculdade de Medicina.

Art. 34.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 27 de abril de 1911. — Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

Tabella de vencimentos a que se refere o artigo 26.º

Administrador, com residencia facultativa nos Hospitales.....	300\$000
Professores das clinicas.....	300\$000
Primeiros assistentes (artigo 69.º do decreto de 22 de fevereiro de 1911).....	600\$000
Segundos assistentes (artigo 69.º do decreto de 22 de fevereiro de 1911).....	300\$000
Chefe da pharmacia, com residencia nos hospitales.....	350\$000
Chefe da secretaria.....	420\$000
Thesoureiro.....	200\$000
Chefe de enfermeiros.....	300\$000
Chefe da despensa.....	250\$000
Chefe da rouparia e lavandaria.....	250\$000

Dado nos Paços do Governo da Republica Portuguesa, em 27 de abril de 1911. — O Ministro do Interior, Antonio José de Almeida.

1.ª Repartição

Tendo em vista que o artigo 68.º do decreto com força de lei de 22 de fevereiro de 1911 determina que o Governo annexará ás Faculdades de Medicina os institutos e hospitales necessarios á execução da reforma do ensino medico;

Considerando que é indispensavel fixar as condições em que deve ser feita a annexação pedagogica dos estabelecimentos d'aquella natureza existentes na cidade do Porto;

Sendo tambem de reconhecida conveniencia conjugar o cumprimento d'aquelle artigo com a resolução do problema da assistencia medica naquella cidade:

Hei por bem nomear uma commissão composta de Julio de Matos, Antonio de Sousa Magalhães Lemos, Antonio Joaquim de Sousa Junior, Candido Augusto de Pinho, Alberto de Aguiar, Antonio Ramos de Faria Magalhães, Carlos de Azevedo Albuquerque, Antonio Alves Calem Junior e Vasco Nogueira de Oliveira, para estudar e propor ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa, no mais curto espaço de tempo, as condições em que deve ser feita a annexação pedagogica das clinicas dos hospitales do Porto á respectiva Faculdade de Medicina, bem como um plano geral de organização da assistencia medica na mesma cidade.

Paços do Governo da Republica, em 29 de abril de 1911. — O Ministro do Interior, Antonio José de Almeida.

Por ter saído com inexactidão, de novo se publica o n.º 1.º do artigo 29.º do decreto de 27 de abril do corrente anno, relativo á organização do Conselho Superior da Instrução Publica, e publicado no *Diario da Governo* n.º 99 de 29 do mês passado:

1.º Interpor parecer sobre quaesquer negocios de administração literaria, scientifica ou disciplinar, que lhe se-

jam commettidos pelas Direcções Geraes da Instrução Publica.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, em 29 de abril de 1911. — O Director Geral, Angelo Fonseca.

3.ª Repartição

Tendo sido requisitado pelo Ministerio da Marinha e Colonias a fim de ir desempenhar uma commissão de serviço na India, o amanuense d'esta Direcção Geral, Maciel Caetano Filipe Rosario Victoria Francisco Bastos Marques;

Attendendo a que ao referido funcionario foi permitido exercer a mencionada commissão sem direito a qualquer vencimento por esta Secretaria de Estado;

Tendo em vista a urgente conveniencia de serviço em substituir o amanuense commissinado:

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa pelo Ministro do Interior, que seja nomeado Bernardo Henriques Villa Nova para exercer provisoriamente as funcções de amanuense d'esta Direcção Geral, enquanto durar a ausencia do amanuense Maciel Caetano Filipe Rosario Victoria Francisco Bastos Marques.

Paços do Governo da Republica, em 22 de abril de 1911. — O Ministro do Interior, Antonio José de Almeida.

Declara-se para os devidos effectos que o decreto de 3 do corrente mês, publicado no *Diario do Governo* de 8 do corrente, que nomeou Alberto Fejo Soares de Azevedo para o logar de bibliotecario da Biblioteca Publica de Braga tem o visto do Tribunal de Contas de 11.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, em 29 de abril de 1911. — O Director Geral, Angelo da Fonseca.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

Decreto criando os seguintes postos do Registo Civil

Districto de Vianna do Castello — concelho de Valença:

Freguesia de Fontoura — criado um posto do registo civil, ficando por isso desannexado do posto de S. Julião. Freguesia de Taião — idem, ficando desannexado do posto de Cerdal.

Districto de Viseu — concelho de Nellas:

Freguesia de Santar. Freguesia de Canas de Senhorim.

Districto de Braga — Concelho de Guimarães:

Freguesia de Vizella, comprehendendo S. João das Caldas, S. Miguel das Caldas, Tagilde, S. Faustino de Vizella, S. Paio de Vizella, Santa Maria de Infias.

Freguesia de S. Thomé de Caldellas, comprehendendo S. Martinho de Sande, S. Lourenço de Sande, Santa Christina de Longos, S. Salvador de Balazaro e S. Clemente de Sande.

Sedé Pevidem, comprehendendo S. Jorge de Selho, S. João Baptista de Gondar, S. Christovam de Selho e Paraiso.

Freguesia de Guardisella, comprehendendo S. Tiago de Lordello, Moreira de Conegos, S. Salvador de Gandarella, S. Martinho de Conde e Santa Christina Serzedello.

Despachos effectuados em 29 abril de 1911

Districto de Leiria:

Bacharel Adriano Vieira Coelho — nomeado official do registo civil no concelho de Pombal.

Districto de Vianna do Castello — Concelho de Valença:

Antonio José Ferreira — nomeado ajudante do posto do registo civil de Fontoura.

Manuel José Pereira — idem, idem, para Taião.

Olindo Rodrigues — exonerado de ajudante do posto de Cerdal.

João de Azevedo Araujo e Gama — nomeado para o Cerdal.

Concelho de Ponte da Barca:

Declarada sem effecto a nomeação do ajudante do posto de Britello, Joaquim de Mello Lima Pereira.

Feliz Dantas Marques dos Reis — nomeado para o referido posto.

Districto de Viseu — concelho de Nellas:

Hugo Beija — nomeado para o posto do registo civil de Santar.

Antonio de Sousa Andrade — idem, para Canas de Senhorim.

Districto de Portalegre — concelho de Arronches:

José Antonio Felix dos Santos — exonerado de ajudante do official do registo civil de Arronches.

José Antonio Lopes — nomeado para aquelle logar.

Districto de Beja:

Manuel Mamede — exonerado de ajudante do posto de Sant'Anna, concelho de Ourique.

José João — nomeado para o referido posto.

Antonio Gonçalves Bentes — nomeado ajudante do official do registo civil de Serpa.

Districto de Braga — Concelho de Guimarães:

Domingos de Sousa Ribeiro — nomeado ajudante do posto de Vizella.